



PCH BV II Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
PCH BV II Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCH BV II Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

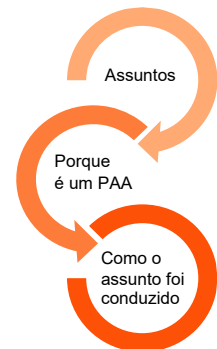
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PCH BV II Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Debêntures a pagar e correspondentes cláusulas restritivas (Nota 14)</p> <p>Conforme divulgado na Nota 14, às demonstrações financeiras, a Companhia possui debêntures a pagar totalizando R\$ 113.422 mil em 31 de dezembro de 2025. Esses contratos possuem cláusulas de garantia, como cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de equipamentos e direitos emergentes das autorizações e antecipação de dívida, que envolve o cumprimento de certos índices financeiros e outras condicionantes que preveem, dentre outros, a apuração de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,20x em base anual, observando que caso a Companhia tenha efetuado o pagamento de qualquer custo, despesa ou encargo de qualquer natureza de qualquer terceiro ou Parte Relacionada que exceda o Limite de Despesas com Partes Relacionadas definido no instrumento, o ICSD mínimo para fins de apuração deste covenant passará a ser de 1,50x. Considerando a magnitude dos montantes envolvidos, a complexidade do julgamento na interpretação dos contratos com as instituições financeiras, a necessidade de controles internos robustos e tempestivos e a relevância deste assunto para o risco de liquidez da Companhia, consideramos estes assuntos como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Leitura dos contratos, escrituras e outros documentos atrelados à transação.• Obtenção de respostas de circularização com instituições financeiras para confirmação e conciliação com os saldos contabilmente registrados.• Entendimento da análise da Administração sobre as cláusulas restritivas e a consistência da aplicação do entendimento em relação às demonstrações financeiras divulgadas em períodos anteriores.• Recálculo dos covenants financeiros e avaliação do seu cumprimento, quando aplicável.• Leitura das notas explicativas relacionada com o cumprimento dos <i>covenants</i>. <p>As premissas e critérios adotados pela Administração nos registros contábeis das debêntures e do correspondente controle das cláusulas restritivas estão consistentes com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



PCH BV II Geração de Energia S.A.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de março de 2025, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 4.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

PCH BV II Geração de Energia S.A.

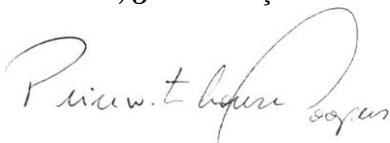
significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 31 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Carlos Alexandre Peres
CRC 1SP198156/O-7

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	01 de janeiro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	01 de janeiro de 2024
					(Reapresentado) (nota 4)	(Reapresentado) (nota 4)	(Reapresentado) (nota 4)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	5.070	5.465	2.450	Fornecedores e outras obrigações (Nota 13)	608	918	943
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (Nota 8)	3.040	2.685	1.908	Debêntures (Nota 14)	5.898	5.969	4.088
Estoque	-	-	1	Obrigações sociais e trabalhistas	53	103	114
Tributos a recuperar (Nota 10)	1.439	198	171	Obrigações tributárias (nota 13)	538	450	332
Adiantamentos a fornecedores	48	-	31	Partes relacionadas (nota 9)	88	46	98
Despesas antecipadas	376	275	206	Redução de capital a pagar (nota 9)	-	2.213	-
	9.973	8.623	4.767		7.185	9.699	5.575
Total do ativo circulante	9.973	8.623	4.767	Total do passivo circulante	7.185	9.699	5.575
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Dividendos a pagar (nota 9)	20.717	-	755
Caixa restrito (nota 7)	5.712	5.088	3.808	Debêntures (Nota 14)	107.524	108.025	74.067
Cauções e depósitos vinculados (Nota 11)	124	124	124	Tributos diferidos	7.557	7.840	8.124
Despesas antecipadas	-	-	21	Total do passivo não circulante	135.798	115.865	82.946
Imobilizado (Nota 12)	164.086	168.726	173.004	Patrimônio líquido			
	169.922	173.938	176.957	Capital social (Nota 15)	16.704	16.704	51.825
Total do ativo não circulante	169.922	173.938	176.957	Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 15)	14.670	15.218	15.769
				Reservas legal (Nota 15)	1.450	1.288	1.288
				Reservas de lucros (Nota 15)	4.088	23.787	24.321
				Total do patrimônio líquido	36.912	56.997	93.203
Total do ativo	179.895	182.561	181.724	Total do passivo	179.895	182.561	181.724

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Operações continuadas		
Receita de contratos com clientes (Nota 16)	27.627	24.762
Custo dos produtos e serviços vendidos (Nota 17)	<u>(12.847)</u>	<u>(13.787)</u>
Lucro bruto	<u>14.780</u>	<u>10.975</u>
Despesas operacionais		
Despesas administrativas (Nota 17)	(1.276)	(905)
Outros ganhos (perdas), líquidos (Nota 18)	<u>2.029</u>	<u>(6)</u>
Lucro operacional	<u>15.533</u>	<u>10.064</u>
Receitas financeiras (Nota 19)	2.140	1.032
Despesas financeiras (Nota 19)	<u>(14.191)</u>	<u>(13.220)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(12.051)</u>	<u>(12.188)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	3.482	(2.124)
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 20)	<u>(238)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u><u>3.244</u></u>	<u><u>(2.124)</u></u>

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro 2025
Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.244</u>	<u>(2.124)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>3.244</u></u>	<u><u>(2.124)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024 (Reapresentado)	51.825	1.288	24.321	15.769	-	93.203
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.124)	(2.124)
Reserva de retenção de lucros	-	-	(2.124)	-	2.124	-
Reversão de dividendos	-	-	755	-	-	755
Redução de capital (Nota 15.1)	(35.121)	-	-	-	-	(35.121)
Diferimento IRPJ/CSLL Reavaliação	-	-	-	284	-	284
Realização custo atribuído imobilizado	-	-	835	(835)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	16.704	1.288	23.787	15.218	-	56.997
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.244	3.244
Constituição de reserva legal	-	162	-	-	(162)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.312	-	(2.312)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(22.842)	-	(770)	(23.612)
Diferimento IRPJ/CSLL Reavaliação	-	-	-	283	-	283
Realização custo atribuído imobilizado	-	-	831	(831)	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	16.704	1.450	4.088	14.670	-	36.912

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo do exercício	3.244	(2.124)
Depreciações	5.270	5.353
Juros Provisionados	13.615	12.643
Custos de emissão de debêntures	566	565
<i>Aumento (redução) nos passivos</i>		
Fornecedores	(310)	(25)
Obrigações sociais e trabalhistas	(50)	(11)
Obrigações tributárias	88	118
Partes relacionadas	42	(52)
<i>Redução (aumento) dos ativos operacionais</i>		
Clientes	(355)	(777)
Impostos a recuperar	(1.241)	(27)
Outros ativos	(149)	(16)
Caixa líquido das atividades operacionais	20.720	15.647
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação financeira	(624)	(1.280)
Aquisição de imobilizado	(630)	(1.075)
	(1.254)	(2.355)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Debêntures	-	35.000
Juros pagos debentures	(8.475)	(7.871)
Amortização do principal	(5.987)	(3.877)
Custo de emissão de debêntures	(291)	(621)
Redução de Capital	(2.213)	(32.908)
Pagamento de Dividendos	(2.895)	-
	(19.861)	(10.277)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(395)	3.015
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	5.465	2.450
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	5.070	5.465
Transações que não afetam o caixa		
Redução de capital		2.213
Redução de capital a pagar		(2.213)
Dividendos a pagar	23.612	
Distribuição de lucros	(23.612)	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A PCH BV II Geração de Energia S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de fevereiro de 2015, tendo por objeto a consultoria em produtividade, comercialização e operação de pequenas centrais hidrelétricas, a operação e manutenção dessas usinas, a geração, produção e comercialização de energia elétrica, bem como a participação em outras sociedades. A Companhia é controlada diretamente pela Ibema Participações S.A. e possui filial em Turvo – PR, onde estão localizadas as usinas PCH Boa Vista II e CGH Cachoeira.

Por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 7.242, de 13 de agosto de 2018, foi autorizada a ampliação da potência instalada da PCH Boa Vista II de 8 MWm para 24 MWm, com energia assegurada de 13,56 MWm, bem como a prorrogação do prazo de autorização da usina para 21 de setembro de 2044. Em leilão de energia promovido pela ANEEL em 31 de agosto de 2018, a Companhia foi vencedora e assumiu o compromisso de fornecer 6 MWm mensais de energia nova, a partir de 1º de janeiro de 2024, pelo prazo de 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Companhia captou R\$ 70.000 por meio de emissão de debêntures não conversíveis em ações, com garantia real e fidejussória, destinadas ao financiamento da ampliação da PCH Boa Vista II. Em janeiro de 2023, a nova casa de força entrou em operação comercial, elevando a garantia física de 6,53 MWm para 13,56 MWm e a potência instalada de 8 MWm para 24 MWm. Em 1º de abril de 2023, foi realizada conversão em ações com emissão de ações preferenciais e ingresso de novos sócios, passando os senhores Itamir Viola e Roberto Elias da Silva a deter, em conjunto, 14,58% do capital social. Em 25 de abril de 2024, a Companhia realizou nova captação de R\$ 35.000, por meio da emissão de sua segunda debênture não conversível em ações, em série única.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 31 de março de 2026.

2 Base de preparação

2.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do (IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da PCH BV II Geração de Energia S.A.

Tributação de dividendos - Lei no 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei no 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1o de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei no 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando, sempre que aplicável, estimativas como base de avaliação. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificação entre itens circulantes e não circulantes

A classificação dos itens nas demonstrações contábeis leva em consideração o prazo de realização. Itens que serão realizados dentro do curso de um exercício social são classificados no grupo circulante e itens que serão realizados após o encerramento do exercício social em curso são classificados no grupo não circulante.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Apuração de resultados

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

- (i) Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias e cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
- (ii) As provisões para imposto de renda e contribuição social calculadas considerando a opção de tributação pelo Lucro Real.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

3. Principais políticas e práticas contábeis

3.1 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Os serviços prestados até o encerramento das demonstrações contábeis, porém não faturados, são avaliados e quantificados pela administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações contábeis.

As receitas, em geral, são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, as mesmas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estimados e serão refletidas no resultado no período em que a administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

A receita de vendas inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

3.2 Cientes

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos. O valor estimado da provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos clientes.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

3.4 Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

<u>Classe</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>de</u>	<u>Vida útil</u>
Terrenos	-		-
Edificações	2% a 3,33%		30 a 50 anos
Reservatórios, barragens e adutoras	2% a 3,70%		27 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2,50% a 16,67%		6 a 40 anos
Móveis e utensílios	6,25% a 10%		10 a 16 anos

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

3.5 Intangível

O intangível foi avaliado e está reconhecido pelo custo de formação, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

3.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7 Outros ativos e passivos

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias.

3.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Outros Impostos

Conforme já mencionado, a Companhia é tributada pela sistemática do lucro real, desta forma, o valor do faturamento mensal é submetido as alíquotas de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS.

3.10 Receitas e Despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras mais relevantes da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.11 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3.12 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

3.13 Instrumentos financeiros

Recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de divulgação das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia são representados por contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

3.14 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

4. **Reapresentação das cifras comparativas**

4.1 Provisões de IR e CS diferidos passivos e Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em 2025 foi identificado ajustes de anos anteriores referente a provisões de diferimento do IRPJ/CSLL passivos referente a ajustes de custo atribuído (*deemed cost*) de bens do imobilizado. Essas provisões não foram reconhecidas no momento da adoção do ajuste de custo atribuído pelo fato da companhia estar no lucro presumido, porém com a mudança de regime para o lucro real em 2024 foi necessário o reconhecimento das provisões. Esses ajustes impactaram o patrimônio líquido, reduzindo o valor do Ajuste de Avaliação Patrimonial e aumentando o passivo não circulante. O total dos ajustes de reapresentação em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 7.840 (R\$ 8.124 em 1º de janeiro de 2024), apresentadas para fins de comparação, cujos efeitos foram ajustados e estão sendo reapresentados para fins de correção de erro, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 23.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balço Patrimonial	31 de dezembro de 2024			01 de janeiro de 2024		
	<u>Original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>	<u>Original</u>	<u>Ajuste</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo						
Circulante	8.623	-	8.623	4.767	-	4.767
Não circulante	173.938	-	173.938	176.957	-	176.957
Total do ativo	<u>182.561</u>	<u>-</u>	<u>182.561</u>	<u>181.724</u>	<u>-</u>	<u>181.724</u>
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante	9.699	-	9.699	5.575	-	5.575
Não circulante	108.025	7.840	115.865	74.822	8.124	82.946
Tributos diferidos passivo	-	7.840	7.840	-	8.124	8.124
Patrimônio líquido	64.837	-7.840	56.997	101.327	-8.124	93.203
Ajuste de avaliação patrimonial	23.058	-7.840	15.218	23.893	-8.124	15.769
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>182.561</u>	<u>-</u>	<u>182.561</u>	<u>181.724</u>	<u>-</u>	<u>181.724</u>

As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, não foram afetadas de forma material em conexão com o erro acima mencionado.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

5.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

5.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

5.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera, bem como provisão para realização de determinados créditos tributários para os quais não tem expectativas de realização.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

5.4 Recuperabilidade dos ativos imobilizados

Ao final de cada exercício, a Companhia avalia a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de imobilizado era de R\$ 164.086 (2024: R\$ 168.726). Considerando o início da operação comercial em dezembro de 2025 e os contratos firmados no leilão A-4 da ANEEL, não foram identificados indícios de impairment.

5.5 Cláusulas restritivas (covenants) incidentes sobre debêntures

A Companhia captou recursos por meio da emissão de debêntures simples conforme nota 14, sendo registradas no passivo circulante em R\$ 5.898 (2024: R\$ 5.969), e no passivo não circulante em R\$ 107.524 (2024: R\$ 108.025). Os contratos preveem cláusulas restritivas usuais, como manutenção de índices financeiros mínimos, restrições à distribuição de dividendos em determinadas condições e destinação dos recursos. Até a data de emissão destas

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrações, não houve descumprimento dos covenants.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Banco conta movimento	213	134
Aplicação financeira ¹	4.857	5.331
	<u>5.070</u>	<u>5.465</u>

As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, composto por aplicações em fundos de investimentos e CDBs - compostos por aplicações de renda fixa, com rentabilidade atrelada ao CDI.

7 Caixa restrito

	2025	2024
Aplicação financeira com restrição ²	5.712	5.088
	<u>5.712</u>	<u>5.088</u>

8 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	2025	2024
ACR – Ambiente de Contratação Regulado	1.638	1.621
ACL – Ambiente de Contratação Livre	1.198	960
Venda de energia excedente	120	104
Liquidação financeira positiva – CCEE	84	-
	<u>3.040</u>	<u>2.685</u>

A linha de clientes são divididos em quatro grupos, o ACR refere-se a provisão nas notas do leilão para o fornecimento de Energia no mercado regulado (ACR) da competência dezembro. O contrato prevê o fornecimento de 6 MW médios por mês, pelo preço unitário de R\$276,15. Em dezembro de 2025, a quantidade fornecida foi de 5,96 MW médios. ACL refere-se a venda de energia elétrica de longo prazo, no ambiente de contratação livre, com a Engie Trading. O contrato prevê o fornecimento de 6 MW médios por mês, pelo preço unitário atualizado de R\$217,36. A vigência do contrato é de 01/01/2022 a 31/12/2026. A venda de energia excedente são registrados as vendas de energia no mercado de curto prazo, equivalente a 1,56 MW médios. As liquidações financeiras positivas correspondem as provisões a receber decorrentes das liquidações positivas junto a CCEE.

¹ Aplicações em fundos de investimentos e CDBs (compostos por aplicações de renda fixa)

² A aplicação financeira com restrição, refere-se a conta garantia do fiel, integral e pontual pagamento das Debêntures. a Companhia comprometeu-se, dentre outras garantias, a ceder fiduciariamente aos debenturistas, representado pelo agente fiduciário, os direitos creditórios dos recebíveis da Companhia.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Partes relacionadas, Dividendos a pagar e Redução de capital a pagar

	2025	2024
Passivo circulante		
Ibema Participações S.A.(I)	88	46
Dividendos a pagar (II)	20.717	-
Redução de Capital a Pagar (III)	-	2.213
	<u>20.805</u>	<u>2.259</u>

(I) A Companhia possui um acordo de compartilhamento de estrutura administrativa firmado com a Controladora Ibema Participações S.A. no qual fica definido que as despesas comuns entre as empresas são pagas pela Controladora e reembolsadas pela Companhia através de Nota de Débito;

9 Partes relacionadas, Dividendos a pagar e Redução de capital a pagar (Continuação)

(II) Refere-se a provisão de distribuição de dividendos;

(III) Em maio de 2024 a companhia realizou a redução de capital, o repasse aos acionistas ocorreu ao longo de 2025

Remuneração da administração: a administração é remunerada pelos serviços prestados através do pagamento mensal de pró-labore. O valor pago pela Companhia à administração totalizou R\$60 em 2025 (R\$60 em 2024).

10 Tributos a recuperar

	2025	2024
Impostos a recuperar		
IRPJ/CSLL	1.241	-
IRRF sobre aplicação financeira	184	185
Provisão IR/IOF sobre aplicação	15	13
	<u>1.439</u>	<u>198</u>

11 Cauções e depósitos vinculados

	2025	2024
Passivo circulante		
Deposito em garantia	124	124
	<u>124</u>	<u>124</u>

Depósito em garantia: garantia de Fiel Cumprimento das obrigações do Contrato de Uso do

PCH BV II Geração de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sistema de Distribuição - CUSD nº 20163755317520, celebrado com a COPEL Distribuição S.A. calculada de acordo com a Cláusula 5.3 do respectivo contrato. Corresponde a 2 vezes o valor mensal da tarifa mais impostos, e optou-se pelo depósito em conta corrente da Copel Distribuição conforme estabelecido no parágrafo 5.3.1. Este valor será corrigido em 50% do CDI e devolvido no encerramento do Contrato.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Reservatórios, barragens e adutoras</u>	<u>Maquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de Informática</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2024								
Saldo inicial	850	11.957	30.136	125.082	17	5	4.957	173.004
Transferências	-	4.045	146	1.758	-	20	(5.969)	-
Baixas	-	-	-	(1)	(14)	-	-	(15)
Adições	-	-	-	65	-	1	1.012	1.078
Depreciação	-	(405)	(797)	(4.144)	6	(1)	-	(5.341)
Saldo contábil, líquido	<u>850</u>	<u>15.597</u>	<u>29.485</u>	<u>122.760</u>	<u>9</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>168.726</u>
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	850	15.597	29.485	122.760	9	25	-	168.726
Aquisições	-	467	-	42	-	-	122	631
Depreciação	-	(352)	(801)	(4.112)	(2)	(3)	-	(5.270)
Saldo contábil, líquido	<u>850</u>	<u>15.712</u>	<u>28.684</u>	<u>118.690</u>	<u>7</u>	<u>22</u>	<u>122</u>	<u>164.087</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>850</u>	<u>15.712</u>	<u>28.684</u>	<u>118.690</u>	<u>7</u>	<u>22</u>	<u>122</u>	<u>164.087</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que ativos imobilizados poderiam estar contabilizados por valor acima do valor recuperável, e conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado--Continuação

Imobilizado

O Imobilizado está formado substancialmente por itens necessários à operação e geração de energia elétrica. Em 2023, a Companhia contratou empresa especializada em avaliação de ativos que além de reavaliar a vida útil dos ativos existentes, executou a unitização do novo ativo, referente a obra de ampliação da PCH Boa Vista II. A definição da vida útil remanescente foi feita considerando o estado de conservação dos bens e manutenções periódicas realizadas, bem como para o novo ativo foi utilizado como base o Manual de controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), conforme estabelece a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, da ANEEL.

A vida útil remanescente estabelecida em laudo está assim representada:

<u>Imobilizado geração hídrica</u>	<u>Vida útil (média) remanescente (em anos)</u>
Máquinas e equipamentos	32
Reservatórios, barragens e adutoras	40
Edificações	47
Móveis e utensílios	7

Aplicação do Custo Atribuído - Deemed Cost

A Companhia aplicou as prerrogativas trazidas pelo CPC Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que trouxe a possibilidade de atribuir um novo valor aos itens do ativo imobilizado. A Companhia contratou empresa especializada em levantamento de ativos que inventariou todos os itens componentes das Usinas e efetivou a valorização dos itens a valores de reposição. A avaliação levou em consideração itens semelhantes em outras Usinas com as mesmas características técnicas e foi utilizado como base para registro contábil do novo custo do imobilizado na data de transição para a adoção inicial aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Imobilizado em Andamento

Em 2025, a Companhia iniciou melhorias no limpa-grades da tomada de baixa o saldo será transferido para a respectiva conta no imobilizado após a finalização da construção/installação previsto para o primeiro trimestre de 2026.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Fornecedores e outras obrigações

13.1 Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores	608	918
	<u>608</u>	<u>918</u>

Os fornecedores a pagar estão substancialmente formados por prestadores de serviços ligados a operação e manutenção da usina, energia e seguro operacional.

13.2 Obrigações Tributárias

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>8.456</u>
IRPJ/CSLL Diferido (ajustado)	(284)
Tributos a Pagar	119
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>8.290</u>
IRPJ/CSLL Diferido (ajustado)	(282)
Tributos a Pagar	87
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>8.095</u>

Os impostos diferidos são correspondente ao percentual de 34% sobre o valor de reavaliação demonstrado na nota 15.4 e são reajustados mensalmente na mesma proporção da depreciação dos ativos correspondentes a reavaliação.

14 Debêntures

14.1 Contexto

Em 30 de abril de 2021, a Companhia realizou uma captação de recursos mediante a 1º (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos, em série única, foram emitidas 70.000 (setenta mil) debêntures no valor de R\$1 (mil reais) cada. As debêntures terão um prazo de vigência de 20 (vinte) anos, vencendo em 15 de dezembro de 2040.

Em 20 de maio de 2024, a Companhia emitiu sua 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures no valor de R\$1 (mil reais) cada. As debêntures terão vencimento em 15 de dezembro de 2040.

Os recursos recebidos das debêntures foram utilizados para (i) a ampliação da PCH Boa Vista II, por meio de implantação de duas unidades geradoras de 8 MWm, atualmente constituída de duas unidades geradoras de 4 MWm, totalizando 24 MWm de capacidade instalada;(ii) construção de Subestação de Seccionamento 138 kV, denominada SE Faxinal da Boa Vista. As obras para a ampliação da PCH foram realizadas pela Companhia.

O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme aplicável, das

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Debêntures (Continuação)

Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA apurado e divulgado mensalmente pelo IBGE, desde a primeira data de integralização até a data do efetivo pagamento (“atualização monetária”), sendo o produto da atualização monetária automaticamente incorporado ao valor nominal unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme aplicável (“valor nominal unitário atualizado”), calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis. Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,7294% (seis inteiros e sete mil, duzentos e noventa e quatro décimos de milésimo por cento) para a 1ª série e 8,1744% (Oito inteiros e mil, setecentos e quarenta e quatro décimos de milésimos por cento) para a 2ª série ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; (“juros remuneratórios”). Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado das Debêntures a partir da primeira data de integralização ou da data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos, conforme aplicável, ao final de cada período de capitalização, calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por dias úteis.

As remunerações das debêntures ocorrem de forma semestral, o primeiro pagamento da 1ª série ocorreu em 15 de junho de 2022 e a amortização do principal das debêntures será pago em parcelas semestrais, sendo a primeira parcela paga em 15 de dezembro de 2023. O primeiro pagamento de juros da 2ª série ocorreu em 15 junho de 2024 e a primeira amortização ocorreu em 15 de junho de 2025.

14.2 Composição Debêntures

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

1ª Emissão

Data	% de Resgate	Quantidade	2025	2024
2023 até 2026	14,85%	10.395	10.395	10.395
2027 até 2035	46,25%	32.375	32.375	32.375
2036 até 2040	38,90%	27.230	27.230	27.230
	100,00%	70.000	70.000	70.000

2ª Emissão

Data	% de Resgate	Quantidade	2025	2024
2025 até 2026	11,00%	3.850	3.850	3.850
2027 até 2035	55,54%	19.439	19.439	19.439
2036 até 2040	33,46%	11.711	11.711	11.711
	100,00%	35.000	35.000	35.000

Total Debêntures

	105.000	105.000
Custos de emissão	(4.123)	(4.398)
Juros acumulado	12.545	13.392
	113.422	113.994
Passivo circulante	5.898	5.969
Passivo não circulante	107.524	108.025

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Debêntures (Continuação)

14.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Há uma cláusula restritiva (covenant) financeira vinculada às debêntures, conforme demonstrada a seguir:

Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,20.

A Companhia deverá manter, durante toda a vigência do contrato os índices limites, apurados anualmente relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. Este covenant é válido tanto para a primeira, quanto para a segunda emissão.

Além do covenant financeiro, a Companhia se obriga a manter todas as licenças, autorizações, seguros e contratos essenciais (incluindo Contratos do Projeto, CCEARs, PPAs, contratos de O&M e estrutura regulatória na ANEEL/MME/CCEE/ONS), operar apenas PCHs, preservar a adimplência tributária e regulatória, manter auditoria anual por “big four” e enviar demonstrações financeiras e limites de desconstratação/contratação de energia, bem como respeitar limites para distribuição de lucros. Há restrições a novos endividamentos, mútuos e AFACs com partes relacionadas, constituição de garantias a terceiros, emissão de novos valores mobiliários, reorganizações societárias, mudança de controle, redução de capital, criação de subsidiárias e investimentos fora do projeto, exigindo em geral aprovação prévia dos debenturistas. Exige-se ainda robusto compliance socioambiental e anticorrupção (não uso de trabalho escravo/infantil, combate à discriminação, cumprimento de leis anticorrupção brasileiras e estrangeiras, notificação de investigações e condenações), manutenção das garantias reais, ampla prestação de informações ao agente fiduciário e aos debenturistas, e covenants espelhados para a interveniente garantidora, incluindo obrigação de aportar capital para cobrir sobrecustos e preservar o equilíbrio econômico-financeiro da emissora.

14.4 Movimentação da dívida

A movimentação do saldo da dívida ocorreu conforme abaixo:

	2025	2024
Saldo no início do período	113.994	78.155
Captação	-	35.000
Juros acruados resultado	13.615	13.208
Juros pagos	(8.475)	(7.871)
Amortização	(5.987)	(3.877)
(-) Custos de emissão	275	(621)
Saldo no final do período	113.422	113.994

Captações: os valores constantes referem-se ao valor do principal da dívida tomada, através da emissão da 1ª série de debêntures em 30 de abril de 2021 no valor de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais) e da 2ª série tomada em 20 de maio de 2024 no valor de R\$ 35.000 (trinta e cinco milhões de reais).

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Debêntures (Continuação)

Juros provisionados: juros apropriados aos custos da obra na rubrica de despesa financeira, referente à remuneração das debêntures.

Custos de emissão: são referentes aos gastos relacionados com a emissão da debênture, como: honorário de estruturação, gastos com advogados, gastos com cartórios, entre outros. Esses valores estão sendo apropriados de acordo com o prazo total da debênture.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 15 de junho de 2024 a Companhia deliberou pela redução do capital social no montante de R\$35.121 por entender que o seu capital social é excessivo para o desenvolvimento das atividades operacionais e da consecução de seus objetivos sociais. Em razão da redução de capital social foram canceladas 5.016.722 (cinco milhões, dezesseis mil, setecentos e vinte e dois) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia e 856.284 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal da Companhia.

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 16.704, dividido em 15.706.225 (quinze milhões, setecentos e seis mil, duzentos e vinte e cinco) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 2.680.834 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil, oitocentos e trinta e quatro) ações preferenciais nominativas sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Ibema Participações S.A.	15.706.225	15.706.225
Ações Ordinárias Nominativas	15.706.225	15.706.225
Itamar Viola	2.010.626	2.010.626
Roberto Elias Da Silva	670.208	670.208
Ações Preferenciais Nominativas	2.680.834	2.680.834

15.2 Reserva legal

Constituída conforme os preceitos da Lei das Sociedades por Ações, está calculada à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, antes de outras destinações, obedecendo os limites perante o capital social.

15.3 Reserva de lucros

As reservas de lucros são formadas pela destinação dos resultados do período após a constituição da Reserva Legal e após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Havendo decisão em assembleia, a Companhia pode vir a distribuir mais do que 25% de dividendos.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia aplicou as prerrogativas trazidas pelo ICPC 10, item 22, que trouxe a possibilidade de atribuir um novo valor justo aos itens do ativo imobilizado quando da adoção inicial dos CPCs referentes a categoria de bens máquinas e equipamentos (sistema de geração) e a categoria de reservatório, barragens e adutoras. O valor atribuído ao Ativo Imobilizado foi registrado nas contas de imobilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido e será realizado na mesma proporção da depreciação ou pela baixa ou venda dos ativos, bem como os impostos diferidos decorrentes do ajuste de custo atribuído (*deemed cost*).

A conciliação da conta é demonstrado a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2024	15.769
Apropriação <i>Deemed cost</i>	(835)
Ajuste Diferimento	284
Saldo em 31 de dezembro de 2024	15.218
Apropriação <i>Deemed cost</i>	(831)
Ajuste Diferimento	283
Saldo em 31 de dezembro de 2025	14.670

16 Receita de contratos com clientes

a) Reconciliação

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2025	2024
Receita brutas faturada		
Receita de Energia Elétrica ACL - Ambiente Contratação Livre	26.021	24.354
Receita de Energia Elétrica Excedente	3.098	2.284
Receita de Energia Elétrica - Liquidação Financeira CCEE	839	2
Outras Receitas	-	2
Receita bruta não faturada		
Receita de Energia Elétrica ACL - Ambiente Contratação Livre	269	857
Receita de Energia Elétrica Excedente	16	(95)
Receita de Energia Elétrica - Liquidação Financeira CCEE	200	-
Impostos sobre vendas	(2.816)	(2.642)
Receita líquida	27.627	24.762

A Companhia firmou em 20 de outubro de 2020 um contrato de venda de energia elétrica de longo prazo, no ambiente de contratação livre (ACL), com a Engie Trading. O contrato prevê o fornecimento de 6 MW médios por mês, pelo preço unitário atualizado de R\$ 214,92. A vigência do contrato é de 01/01/2022 a 31/12/2026.

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia participou do leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL) para o fornecimento de energia elétrica nova. A Companhia foi uma das vencedoras desse leilã, assumindo o compromisso de fornecer 6 MW

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

médios mensais a partir de 1º de janeiro de 2024, por um período de 30 anos.

16 Receita de contratos com clientes (Continuação)

O fornecimento de energia é realizado com 19 distribuidoras de energia, com um preço nominal atualizado. Desde 2024, a Companhia está vendendo energia no mercado regulado (ACR). O contrato prevê o fornecimento de 6 MW médios por mês durante 30 anos, a um preço unitário atualizado de R\$ 276,15, que é corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A emissão da nota fiscal correspondente a essas vendas de energia e o recebimento financeiro dessa venda ocorre até o sétimo dia útil do mês subsequente para as vendas ACL e em 15/30/45 dias para as vendas ACR. Sendo assim, visando obedecer ao regime contábil de competência, a Companhia registra uma provisão para a receita sobre a energia gerada, mas ainda não faturada.

17 Custos dos produtos e serviços vendidos e Despesas Administrativas

	2025	2024
Custo de geração de energia		
Compra de energia	(3.991)	(3.664)
Custo com operação e manutenção das usinas	(2.406)	(3.914)
Depreciação	(5.265)	(5.348)
Pessoal e encargos, inclusive benefícios	(742)	(381)
Encargos de uso de rede	(1.090)	(1.061)
Crédito de PIS/COFINS	647	581
Custo Total	(12.847)	(13.787)
Serviços compartilhados	(1.011)	(486)
Serviços de terceiros (PF/PJ)	(179)	(273)
Pessoal e encargos, inclusive benefícios	(72)	(72)
Outras despesas diversas	(6)	(52)
Manutenção e demais despesas com veículos	-	(8)
Despesas tributárias	(3)	(9)
Depreciação	(5)	(5)
Despesas Totais	(1.276)	(905)
Total do custo e despesas	(14.123)	(14.692)

Compra de energia: estão representados pelos valores despendidos na compra de energia elétrica nos períodos em que a geração não é suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos.

Custo com operação e manutenção das usinas: estão assim classificados os valores contratados para administração do centro de operação e manutenção e demais contratos necessários à atividade de geração de energia.

Depreciação: estão alocados em custos com depreciação os valores correspondentes ao desgaste físico dos bens componentes da estrutura necessária para geração de energia.

Pessoal e encargos, inclusive benefícios: custos com a estrutura de equipe técnica para administração das atividades de operação e manutenção das usinas. A remuneração dessa

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

equipe e respectivos reflexos legais são computados no custo de operação e manutenção.

17 Custos dos produtos e serviços vendidos e Despesas Administrativas (Continuação)

Encargos de uso de rede: custo referente ao sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema.

Crédito de PIS/COFINS: Crédito de imposto, referente a parte dos custos com a geração de energia.

Serviços compartilhados: registra os valores de despesas comuns ao Grupo Ibemapar que são pagos pela Controladora e rateados proporcionalmente à geração de receitas. A folha de pagamento é atribuída diretamente à Companhia.

Serviços de terceiros (PF/PJ): refere-se a despesas relacionadas, principalmente, com gastos com auditoria, serviços de contabilidade, honorários advocatícios e consultorias.

18 Outros ganhos (perdas), líquidos

	2025	2024
Outros Ganhos		
Baixas de ativo	-	(6)
Restituição indenizações seguro (i)	1.036	-
Restituições de tributos	992	-
	2.029	-

(i) Em outubro de 2023, a Companhia sofreu sinistro em decorrência de fortes chuvas na região, que ocasionaram danos a ativo imobilizado. A partir da ocorrência, foram iniciados os procedimentos para restituição dos valores despendidos na recuperação do ativo sinistrado, tendo a indenização sido integralmente concretizada em 2025.

19 Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita financeira ³		
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	1.672	991
Outras receitas financeiras	468	41
Total da receita financeira	2.140	1.032
Despesa financeira		
Despesas com emissão Debêntures	(566)	(565)
Juros sobre Debentures (Nota 13)	(13.615)	(12.229)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(8)	(4)
Despesas bancárias	(2)	(422)
Total da despesa financeira	(14.191)	(13.220)

³ A receita de juros é apresentada como receita financeira quando é obtida de ativos financeiros mantidos para fins de gestão de caixa.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	<u>(12.051)</u>	<u>(12.188)</u>

19 Receitas e despesas financeiras (Continuação)

Receitas financeiras: estão substancialmente representadas por rendimentos de aplicações financeiras.

Despesas com emissão debêntures: apropriação dos gastos relacionados com a emissão da debênture, como: honorários de estruturação, gastos com advogados, cartórios, entre outros. Esses valores estão sendo apropriados de acordo com o prazo total da debênture.

Juros sobre empréstimos: refere-se ao reconhecimento dos juros da debênture no resultado.

Despesas bancárias: estão substancialmente representadas por juros apurados em pagamentos em atraso e tarifas bancárias.

20 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro/Prejuízo antes do imposto	<u>3.482</u>	<u>(2.124)</u>
Imposto calculado com base em alíquotas vigente	(1.184)	722
Efeitos sobre diferenças permanentes	-	-
Outros	-	2
Prejuízo fiscal não reconhecido	946	720
IRPJ e CSLL no resultado do Exercício	<u>(238)</u>	<u>-</u>
Corrente	(238)	-
Diferido	-	-

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos referem-se, substancialmente, ao efeito tributário do ajuste de avaliação patrimonial registrado em contrapartida ao patrimônio líquido.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Gerenciamento de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, definindo políticas e procedimentos para identificar, analisar, controlar e monitorar os riscos aos quais está exposta, bem como para assegurar a adequada gestão do capital.

21.1 Gestão de capital

A Companhia busca manter uma estrutura de capital sólida, que lhe permita dar continuidade às operações, honrar suas obrigações e maximizar o retorno aos acionistas, considerando o caráter intensivo em capital do setor de geração de energia elétrica.

A gestão do capital é monitorada com base, principalmente, na relação entre dívida líquida e EBITDA e no nível de caixa e equivalentes de caixa para atendimento às obrigações de curto prazo.

A estrutura de capital é composta por patrimônio líquido e por empréstimos e financiamentos, notadamente debêntures não conversíveis em ações. A Administração pode ajustá-la por meio de pagamento de dividendos, aumento de capital, emissão ou renegociação de dívidas, sempre avaliando o custo de capital e o nível de risco assumido.

21.2 Instrumentos financeiros

Para fins de CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados ao custo amortizado, da seguinte forma:

Ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais créditos de natureza contratual;

Passivos financeiros: fornecedores e outras obrigações, empréstimos e financiamentos e debêntures emitidas.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos classificados ao valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes, tampouco utiliza hedge contábil na data-base destas demonstrações financeiras.

21.3 Valor contábil e valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial aproximam-se de seus valores justos, principalmente em razão dos prazos de vencimento de curto prazo para ativos e passivos circulantes e das taxas de juros contratadas nas debêntures e outros financiamentos, compatíveis com as condições de mercado à época da contratação.

21.4 Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta, principalmente, aos riscos de crédito, de liquidez, de taxa de juros e, adicionalmente, a riscos operacionais e hidrológicos, inerentes ao setor de geração de energia elétrica.

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.4.1 Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas em decorrência do não cumprimento de obrigações por clientes ou demais contrapartes financeiras. A exposição concentra-se em caixa

21 Gerenciamento de Riscos (Continuação)

e equivalentes de caixa, demais ativos financeiros e contas a receber.

As vendas de energia estão, em grande parte, asseguradas pelo poder concedente ou por contratos firmados com contrapartes de baixo risco de inadimplência. O risco de crédito dos saldos mantidos em instituições financeiras é administrado pela tesouraria, mediante aplicação apenas em contrapartes aprovadas, dentro de limites estabelecidos e revisados periodicamente. A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos saldos registrados no balanço patrimonial, notadamente na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”.

21.4.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para honrar suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados. É gerenciado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa projetados e realizados, da manutenção de níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa e da disponibilidade de linhas de crédito e instrumentos de captação considerados adequados para o curto, médio e longo prazos, combinando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

21.4.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros refere-se à possibilidade de flutuações no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros em função de variações nas taxas de juros de mercado, afetando principalmente os empréstimos, financiamentos e debêntures sujeitos a taxas variáveis.

A Companhia monitora periodicamente a evolução das taxas de juros relacionadas a seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento relevante da volatilidade, poderá avaliar o uso de instrumentos derivativos para proteção, embora tais instrumentos não sejam usualmente utilizados pela Administração.

21.5 Risco operacional

O risco operacional relaciona-se à possibilidade de paralisação parcial ou total da geração de energia. A Companhia busca mitigar esse risco por meio de contratos de manutenção com fornecedores especializados e de cobertura securitária, incluindo, quando aplicável, cobertura de lucros cessantes para compensar eventuais perdas decorrentes de interrupções nas operações.

21.6 Risco hidrológico

O risco hidrológico está associado à escassez de água para geração de energia. Esse risco é mitigado, em nível setorial, pela participação no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que promove o compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema – ONS.

Adicionalmente, a Companhia busca gerenciar esse risco por meio da celebração de contratos de compra e venda de energia que resultem, sempre que possível, em posição contratada

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

confortável, reduzindo sua exposição ao Mercado de Curto Prazo (MCP).

22 Seguros

O Grupo tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

22.1 Responsabilidade Civil (Vigência 07 de outubro de 2025 ao dia 07 de outubro de 2026):

Coberturas	Sublimites (LMI) - R\$	Franquias (POS)
Cobertura Básica 101 - Operações	R\$ 10.000.000,00 por evento e R\$ 20.000.000,00 no agregado anual	POS em 10% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por evento
Específica 301 - Empresas, Concessionárias ou não, de Serviços de Abastecimento e Distribuição de Água e/ou Saneamento Básico, Energia Elétrica, Gás e Telefonia		
Adicional 208 - Poluição Súbita - 72 horas		POS em 20% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R\$ 10.000,00 por reclamante.
Cobertura Básica 103 - RC Empregador		
Específica 309 Cobertura para Barragens, Represas, Eclusas e/ou Diques	Limitada a 20% do sublimite das coberturas contratadas	Conforme respectiva cobertura
Despesas de Contenção de Sinistros		
Despesas de Salvamento de Sinistros		
Lucros Cessantes/Perdas Financeiras		
Custas Judiciais de Foro Civil		
Danos Morais para as coberturas acima contratadas	Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas	

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Seguros--Continuação

22.2 Riscos Operacionais (Vigência de 31 de outubro de 2025 ao dia 31/10/2026)

COBERTURA	LIMITE (R\$)	FRANQUIA
Danos Materiais, incluindo Incêndio decorrente de Queimadas em Zonas Rurais	R\$ 104.500	15,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 300
Cláusula 100 - Quebra de Máquina	R\$ 15.000	15,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 300
Cláusula 101 - Recomposição de Registros e Documentos	R\$ 500	10,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 10
Cláusula 104 Inclusões/Exclusões De Bens/Locais E Alterações De Valores Em Risco	R\$ 1.000	Conforme cobertura acionada
Cláusula 106 Pequenas Obras De Engenharia Para Ampliações, Reparos E Reformas	R\$ 2.000	15,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 50
Cláusula 110 - Descontaminação	R\$ 1.000	Somar os prejuízos indenizáveis a cobertura acionada para posterior dedução da franquia
Cláusula 123 - Despesas Extraordinárias	R\$ 1.000	
Cláusula 129 Despesas De Salvamento E Contenção De Sinistros	R\$ 5.000	20% das despesas incorridas
Cláusula 134 - Despesas de Agilização	R\$ 5.000	Somar os prejuízos indenizáveis a cobertura acionada para posterior dedução da franquia
Cláusula 137 - Desentulho		
Cláusula 141 Erros e Omissões	R\$ 1.000	Conforme cobertura acionada
Cláusula 145 - Cobertura para Equipamentos Portáteis - Âmbito Nacional	R\$ 500	10,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 5
Cláusula 148 - Cobertura para Equipamentos Eletrônicos	R\$ 500	10,00% do sprejuízos com franquia mínima de R\$ 10
Cláusula 150 - Cobertura de Roubo e Furtos de Bens Mediante Arrombamento, Nas Dependências do Segurado	R\$ 500	15,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 50
Alagamento e Inundação	R\$ 15.000	15,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 300
Danos a Mercadorias em Processo de Fabricação - Work Damage	R\$ 1.000	15,00% do sprejuízos com franquia mínima de R\$ 5
Danos Elétricos,	R\$ 15.000	15,00% dos prejuízos com franquia mínima de R\$ 300
Desmoronamento		
Demolição e Aumento do Custo de Construção	R\$ 5.000	Somar os prejuízos indenizáveis a cobertura acionada
Linhas de Transmissão (DM+LC) (Incluindo Roubo de Fios e Cabos)	R\$ 3.500	15% dos prejuízos com Mínimo de R\$ 50 Lucros Cessantes: 30 dias
Despesa com Limpeza dos Locais do Risco	R\$ 1.000	Somar os prejuízos indenizáveis a cobertura acionada
Bens de Terceiros em Poder do Segurado	R\$ 500	Conforme cobertura acionada
Bens do Segurado em Poder de Terceiros		
Cláusula Particular de Autoridade Civil	R\$ 1.000	Somar os prejuízos indenizáveis a cobertura acionada
Despesas de Combate a Incêndio		
Lucros Cessantes (Lucro Bruto) Decorrentes de Danos Materiais, incluindo Incêndio decorrente de Queimadas em Zonas Rurais e ADICIONAL DE COMPRA DE ENERGIA NO MERCADO SPOT - MWH = R\$ 278,00 - Período Indenitário: 18 meses	R\$ 29.522	30 Dias

PCH BV II Geração de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cláusula 02 - Despesas com Honorários de Peritos	R\$ 1.000	Somar aos prejuízos indenizáveis da cobertura acionada
Cláusula 05 - Impedimento de Acesso	R\$ 1.000	15 Dias

22. Seguros-Continuação

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.